



## A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO NO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL

Isabella Beloni dos Santos<sup>1</sup>

Cleci Elisa Albiero<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão crítica em relação ao processo histórico da categoria trabalho e do surgimento do ser social, visando o principal objetivo do trabalho do Assistente Social e do estagiário e seus instrumentais de mediação. No desenvolvimento deste, analisa-se o fazer profissional do assistente social e seu processo de trabalho que é concretizado de maneira interventiva, política, reflexiva e crítica, com base na contextualização do campo de estágio na área da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

**Palavras-chave:** Processo de trabalho; ser social; serviço social.

### ABSTRACT

This work proposes a critical approach in the historical process of labour category and the appearance of the social being, aiming the main work goal of social workers, interns, and their means to do it. Throughout the evolution of this work, it's analysed the professional doings of the social worker and its work process that is implemented in such ways, interventive, political, reflexive and critique, based on the internship context in the management area of the Brazilian Unique Sistem of Social Service (SUAS) and Familiy and Social Development Department.

**Keywords:** Work process; social being; social service.

---

<sup>1</sup> Graduanda do 6º período de Serviço Social, do Centro Universitário Autônomo do Brasi – Email: [isabella\\_beloni@hotmail.com](mailto:isabella_beloni@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Pesquisadora do Curso de Serviço Social do Unibrasil Centro Universitário; Coordenadora da sublinha de Pesquisa Família, Trabalho e Política Social alocada no Grupo de Estudos sobre Gênero, Trabalho e Violência Doméstica e Familiar; Pesquisadora do GETES – Grupo de Estudos em Trabalho, Educação e Sociabilidade da Uninter e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC/SP – Email: [clecielisa.albiero@gmail.com](mailto:clecielisa.albiero@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é uma proposta de diálogo sobre a formação da categoria trabalho e do ser social para atender a demanda de suas necessidades, sobre o processo de trabalho do Serviço Social. A categoria trabalho será discutida no debate da perspectiva do método crítico dialético de Marx, tendo como base uma pesquisa de cunho bibliográfico voltada para o fazer profissional do Assistente Social.

Propomos como objetivo central a categoria trabalho, desde o seu surgimento com a transformação da natureza, a expansão do ser social e a constituição da sociedade. Seguindo a linha de pensamento, será estudado o modelo de produção capitalista, resgatam-se os principais momentos em que se dá o processo de trabalho tais como a prévia ideação, as finalidades, o valor de uso e o valor de troca, trazendo para esse contexto capitalista, onde está imposta a propriedade privada, a mais-valia, a alienação e conseqüentemente a precarização que o processo de trabalho foi submetido ao longo do tempo. Em outro aspecto, será exposto o surgimento do ser social, sua caracterização, seu reconhecimento como ser social na constituição das relações sociais e dos valores, intrínsecos a sua expansão na sociedade.

Por meio desse diálogo, contemplar-se-á também o processo de trabalho e o Serviço Social no debate da profissão em relação ao fazer profissional de maneira interventiva, reflexiva e investigativa, levando em consideração o seu objeto de trabalho que se caracteriza e se constitui pelas expressões da questão social expressas na sociedade.

Seguindo essa breve contextualização do processo de trabalho do Assistente Social no Escritório Regional de Curitiba pertencente à Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná na área da gestão do SUAS, onde relata-se sobre o Serviço Social na instituição, o campo de estágio, a instrumentalidade e as competências do Escritório Regional de Curitiba

## **DESENVOLVIMENTO**

### **A categoria trabalho e o Serviço Social**

O processo de trabalho, para Marx (1971), se caracteriza por meio da transformação da natureza e ao mesmo tempo em que o homem a transforma ele modifica a si mesmo. Essa modificação se dá pela visão de ser social e de sociedade que o homem constitui no momento em que ele transforma a natureza, com isso constroem-se novas objeções e necessidades para si. O trabalho é compreendido como

(...) um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza (...) no fim do processo de trabalho obtém-se um resultado já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e portanto idealmente. (VASCONCELOS, 2015, p. 131 apud MARX, 1983, p.149)

Momento em que se torna pertinente ressaltar que o processo de trabalho se dá por meio da prévia ideação, compreendida como capacidade teleológica que consiste na capacidade do homem em projetar subjetivamente o produto antes de objetivá-lo. Diferente dos animais que já possuem as necessidades biologicamente estabelecidas, como, por exemplo, a lagarta que num estágio da sua vida constrói um casulo para transformar-se em borboleta.

Parafraseando os autores Netto e Braz (2006) para que a objetivação se concretize, existem três fatores importantes: a finalidade, objetos e os meios. A finalidade encontra-se no objetivo do trabalho que está sendo feito; o objeto usado ora é a matéria prima que já tem trabalho envolvido ora é o produto em si que não teve o processo de trabalho incorporado; e os meios são os instrumentos que serão utilizados para a transformação do objeto, ou seja, as ferramentas.

Neste contexto, Marx (1971) nos coloca que, para compreender o modo de produção capitalista e o valor agregado ao trabalho, é necessário exemplificar o modo de produção desde a pré-história e do surgimento do homem na sua relação com a natureza. Marx usa este exemplo para explicar que o modo de produção capitalista, a categoria trabalho e os seus instrumentos e formas, torna-se necessário numa visão histórica da sociedade e da natureza, pois desde o início elas são transformadas pelo processo de trabalho.

Ao dar continuidade ao processo de trabalho no desenvolvimento capitalista, surge o valor de uso que é a necessidade de acordo com as

demandas produzidas e a utilidade daquilo que se produz. Neste debate, necessita-se também do valor de troca que segundo Marx, em seu capítulo I de O Capital, o valor de troca

Revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécie diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor de troca inerente, imanente à mercadoria (...) o valor de troca só pode ser a maneira de expressar-se, a forma de manifestação de uma substância que dele se pode distinguir. (MARX, 1971, p. 43)

Analisando esses conceitos, compreende-se que o que determina o valor de troca é o tempo e a força de trabalho aplicados no produto e o valor de uso que nele está introduzido, para assim poder acontecer a troca de mercadoria.

Ainda, nesse contexto do desenvolvimento capitalista, surge a separação entre os meios de trabalho e o modo de produção, onde o trabalhador se vê obrigado a vender a sua força de trabalho para o dono dos meios de produção em troca de um salário. O trabalhador é pago por um valor  $x$  e produz mais do que esse valor que recebe, ou seja, isso é a mais-valia que é entendida por ser a lucratividade dada ao dono dos meios de produção, segundo os embasamentos do autor Marx em seu livro O Capital I (1971). Sem a mais-valia não seria possível gerar o lucro e é dessa forma que se dá a exploração do trabalhador.

Na linha do pensamento, discute-se nas bases da categoria trabalho o processo chamado de alienação, que para Marx (1971) se dá em sociedades onde existem a divisão de trabalho e a propriedade privada. A alienação se caracteriza pelo não reconhecimento do produto feito pelo trabalhador, ou seja, o produto por ele produzido é expropriado, não pertence a ele. Com base no Dicionário do Pensamento Marxista, a alienação é

No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma. (...)) Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou auto alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. (BOTTOMORE, 2001, p. 5).

O exemplo mais conhecido em relação à alienação é a linha de produção que segundo Ortiz (2002) foi introduzida no século XIX em plena Revolução Industrial pelo Fordismo. Neste cenário, o trabalhador fica parado, enquanto a esteira roda, fazendo apenas uma parte do produto sem conhecer qual a finalidade do que está produzindo. Podemos determinar isso como fragmentação do trabalho e ressaltar o estranhamento em relação ao que o trabalhador produz.

Esse processo de trabalho consiste segundo Marx, na coisificação do homem e humanização das coisas, onde é perceptível o fetichismo material. De acordo com o Capítulo I do livro O Capital, as relações sociais são pautadas através do produto, vulgo coisa, e as coisas têm o poder de estabelecer as relações sociais, enquanto o homem estabelece as coisas materiais.

Por fim, torna-se pertinente ressaltar a precarização do trabalho, que é realizado sem condições de segurança, sem um tempo trabalhado adequado e com um montante pago ao operário que não condiz ao trabalho realizado.

### **O ser social e sua constituição na sociedade**

O ser social surge através da transformação da natureza pelo trabalho. Segundo os autores Netto e Braz (2006) ao mesmo tempo em que acontece uma transformação material, acontece também uma transformação prática, ou seja, o sujeito se transforma nesse processo de modificação da natureza.

Ainda para Netto e Braz (2006) a sociedade, que é constituída pelo ser social, não existe sem a natureza, pois é ela que fornece a matéria-prima e os meios para a constituição deste ser social e da sociedade e desta forma, a natureza pode existir sem a sociedade.

A partir dessa transformação da natureza começam a surgir novas necessidades e objeções para o ser social, o que vem à tona devido ao seu desenvolvimento no campo do processo de trabalho. Como afirma Vasconcelos (2015)

o ser social não se reduz ou se esgota no trabalho; ele é apenas o fundamento do qual decorre a complexificação do ser social, o que traz como consequência o surgimento daquelas inúmeras outras dimensões/objetivações da atividade humana. (VASCONCELOS, 2015, p. 133)

As novas objetivações demonstram-se para o ser social na forma de obter novos produtos, matérias-primas e novos horizontes para a construção de uma sociedade. Sendo assim, torna-se necessário a “linguagem articulada” (Netto e Braz, 2006), que se caracteriza pelo aprimoramento da sua capacidade teleológica e universalização dos saberes por ele adquirido.

Netto e Braz (2006) expõem que a linguagem articulada é quando o sujeito sente a necessidade de universalizar seus conhecimentos além de ser apreendida, a linguagem articulada é condição de aprendizado, ou seja, para você aprender a produzir uma cadeira, por exemplo, é preciso saber se comunicar para obter um trabalho efetivo e também para passar seu conhecimento para outras pessoas. Desta forma, a capacidade teleológica, é a capacidade do homem de projetar esse objeto antes de objetivá-lo.

Desse modo, o ser social na constituição da sociedade, entende-se como ser social singular que após a universalização dos seus saberes se categoriza como ser na coletividade, ou seja, em sua particularidade.

Ainda sobre a mesma temática Netto e Braz (2006) salientam que

[...] o ser social se revela não como uma forma eterna e atemporal, a-histórica, mas como uma estrutura que resulta da auto-atividade dos homens e permanece aberta a novas possibilidades – é uma estrutura histórica inconclusa, apta a reconfigurar-se e a enriquecer-se no curso da história presente e futura. (NETTO E BRAZ, 2006, p. 42)

Considerando que o ser social permanece aberto a novas possibilidades, como nos mostra Netto e Braz (2006) e Pontes (1995), ressalto então os embasamentos da autora Cardoso (2013) em que ela expõe as relações sociais, os valores e sobre o modo de como eles surgiram levando em conta a categoria trabalho como central para a construção da autonomia e emancipação ser social.

Para Cardoso (2013) as relações sociais são:

Para produzir e reproduzir a vida, os homens estabelecem relações de mutualidades, vínculos, reciprocidade. Essas relações são, portanto, o que chamamos de relações sociais. Falamos então, não apenas da produção de objetos materiais, mas da produção da relação social entre pessoas que produz materialidades e subjetividades. (CARDOSO, 2013, p. 30)

Logo, torna-se pertinente ressaltar que o processo de desumanização do homem em relação ao trabalho na sociedade de classes, referindo-se à alienação e ao estranhamento do ser social, tem como condição as relações sociais que são baseadas na divisão social da sociedade.

Neste sentido, Cardoso (2013) relata que nas relações sociais estão intrínsecos os valores que norteiam as ações do ser social, levando em consideração que o homem está inserido numa sociedade, os valores nunca vão ser constituídos isoladamente, mas, sim num coletivo e de acordo com o momento em que aquela sociedade está vivenciando.

A relevância do diálogo deste conceito da categoria de trabalho e da constituição do ser social para o Serviço Social consiste na observância do mundo do sujeito em contraposição às relações sociais intrínsecas a ele.

Portanto, essa discussão é de extrema importância para podermos entender o fazer profissional do Assistente Social, na perspectiva da totalidade do contexto histórico e contemporâneo. Considerando sempre a “instrumentalidade, postura investigativa, teórica, técnica, política e pedagógica” (LEWGOY, 2010, p. 47) do assistente social.

### **O processo de trabalho e o serviço social no campo sócio-ocupacional: Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná**

O Serviço Social surgiu com o intuito de intervir diretamente nas demandas produzidas pelo modo de produção capitalista, nas desigualdades por ele impostas advindas da existência das classes antagônicas – proletariado versus capital.

A intervenção profissional do Assistente Social é pautada fundamentalmente nas relações sociais que são fruto das expressões da questão social, intrínsecas ao modelo de produção capitalista. No livro *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, a autora Iamamoto (2007) ressalta que

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2007, p. 28)

Sendo assim, para conseguir efetivar o trabalho nesse meio é necessário não perder de vista teoria e prática, isto é o processo da práxis, tão presente no Serviço Social. Efetivando, segundo Lewgoy (2010), os conhecimentos teórico-metodológicos, a visão de totalidade, crítica, interventiva e reflexiva, ou seja, a práxis que se caracteriza por uma prática reflexiva, criando novas objeções de caráter mediador nesse processo de intervenção nas expressões da questão social, onde a práxis “inclui todas as objetivações humanas, inclusive o trabalho, revelando o homem como ser criativo e auto produtivo” (VASCONCELOS, 2015, p. 135).

A autora Iamamoto (2007, p. 94) relata ainda que a prática profissional pode ser vista em dois momentos: internos ou externos. O interno é aquele que expressa a competência do assistente social em sua intervenção, como por exemplo a visão de totalidade sobre tal situação ou usuário e sua relação social com a equipe “interprofissional”. O externo é caracterizado não somente pelo fazer profissional do assistente social, mas também pelas “relações de poder institucional”, isto é, a prática do profissional vai ser realizada conforme os recursos que a ele são disponibilizados pela instituição, seja ela privada ou pública.

Nesse breve contexto teórico do fazer profissional do assistente social, adentra-se, especificamente, no trabalho do Assistente Social na Gestão do Sistema Único de Assistência Social. Correlacionando com o campo de estágio supervisionado II, o qual me encontro inserida no Escritório Regional de Curitiba, que é uma ramificação da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS).

O processo de estágio no Escritório Regional de Curitiba é um campo novo onde o estagiário atua diretamente com os profissionais de Serviço Social que desenvolvem suas atividades como técnicas dos municípios do Estado do Paraná, visitam os municípios com o intuito de assessorar os equipamentos e Organizações da Sociedade Civil que possuem convênio com o Estado.

A assessoria, segundo Matos e Bravo (2010, p. 31), pode ser entendida como “[...] aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade.” Ainda nessa perspectiva, Matos e Bravo (2010, p. 32) apud Vasconcelos (1998) relata que “[...] a assessoria é um



processo que necessita de maior tempo devido à complexidade de assuntos e ações a serem desenvolvidas. ”

O objetivo do Serviço Social no Escritório Regional é trabalhar diretamente com a política de assistência, com os equipamentos dos municípios (CRAS, CREAS, CENTRO POP e Secretaria de Assistência) e com Organizações da Sociedade Civil que são conveniadas com o Governo Estadual ou Municipal, assessorando e fiscalizando as ações e a estrutura dos equipamentos para uma melhor qualidade na prestação de serviços socioassistenciais que são disponibilizados à sociedade.

Para a concretização desses objetivos, as atividades contempladas pelo Escritório Regional é a visita Institucional que é realizada trimestralmente, elaboração de relatórios e parecer social, reuniões e eventos macrorregionais para a troca de informações e para a capacitação do funcionário que trabalham no SUAS.

Em relação aos instrumentais utilizados pelos assistentes sociais no Escritório Regional de Curitiba, é possível mencionar o autor Sousa (2008) que destaca alguns instrumentais utilizados na prática do Assistente Social com a gestão. Tais como a observação que é tida como um fator fundamental para o entendimento da situação, em que o profissional se coloca como observador participante do contexto; a reunião junto à equipe técnica para a tomada de decisões; a visita institucional, que no Escritório Regional é um dos principais instrumentos utilizados pelas assistentes sociais. Nas palavras do autor este instrumental é utilizado “quando o Assistente Social precisa realizar uma avaliação da cobertura e da qualidade dos serviços prestados por uma instituição” (2008, p. 129); a ata ou memória de reunião; o relatório social externo que será de manuseio de agentes externos a equipe e o parecer social em que o profissional avalia a situação e emite uma opinião sobre ela, como, por exemplo, nos casos de recursos através das deliberações dos Conselhos.

Para melhor compreensão dos instrumentais, temos que ter em mente que todos eles devem ser operacionalizados.

Numa perspectiva de totalidade, a partir de mediações que conectam a atividade às totalidades mais complexas (no limite, à totalidade social apreendida como complexo de complexos), apreender a atividade na história, no tempo e no espaço, resgatar sua condição de

totalidade complexa, ainda que microrrealidade, como parte e expressão da totalidade social. (VASCONCELOS, 2015, p. 499)

A perspectiva de totalidade, usando os termos de Vasconcelos (2015), é indispensável na prática do Assistente Social, pois a apreensão do fato social em sua concretude é de extrema importância e relevância para conseguir conduzir e utilizar os instrumentais necessários, para dar seguimento no atendimento às expressões da questão social que nos são impostas no fazer profissional.

Segundo a autora Odete Fernandes, no artigo “Categorias Fundamentais Para a Compreensão da Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social”, ressalta que

Para que possamos compreender a totalidade do objeto de intervenção é necessária à passagem da facticidade, imediatez (singularidade), mas de maneira teleológica - construindo intelectualmente as mediações, elas contribuirão para a compreensão do real implícita nas dimensões da particularidade e da universalidade. (FERNANDES, 2016, p. 20)

A mediação no Serviço Social é compreendida pela instrumentalidade, que se caracteriza pela “(...) categoria reflexiva capaz de apontar as diversas formas de inserção da profissão nos espaços sócio-ocupacionais e as competências e requisições profissionais (...)” (GUERRA, 2000, p. 29 apud LESSA, 1995, p.119).

Segundo Pontes (1995) no escrito “A Categoria de Mediação em Face do Processo de Intervenção do Serviço Social” a mediação pode ser apreendida também por meio da tríade: singularidade, particularidade e universalidade. Sendo a mediação um processo teórico-metodológico e compreendida como instrumentalidade, nesse contexto, torna-se “possível observar o movimento que parte do abstrato, ou visão parcial da realidade para o concreto pensado, ou possibilidades de aproximação do real, processo que nos evidencia o método dialético de compreensão da realidade.” (FERNANDES, 2016, p. 18-19)

Frente aos instrumentais do fazer profissional, torna-se pertinente ressaltar que para isso se efetivar é necessário que o Assistente Social não fuja as suas Competências e Atribuições que estão definidas no Art. 4º e Art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993).

É pertinente ao assistente social, trabalhar seus instrumentais através da perspectiva de totalidade e da categoria mediação. Levando sempre em consideração o processo de construção histórica da profissão, da categoria trabalho e do ser social na sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As aproximações com as categorias trabalho, processo de formação do ser social e o processo de trabalho no Serviço Social, pode-se compreender parte desse processo histórico da transformação da sociedade e das relações sociais, onde correlaciona-se com fatores contemporâneos que ainda são fatores do processo de trabalho no contexto da sociedade capitalista.

Diante disso, torna-se necessária uma maior compreensão do processo histórico para podermos analisar e relacionar com o processo de trabalho do Serviço Social, de fundamental importância para o fazer profissional e suas mediações, relacionando-o sempre ao contexto social em que está inserido.

Por fim, para o serviço social tratar da questão da categoria trabalho coloca-se como tema central no debate, pois é por meio do trabalho e das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos que se concretiza o ser social na sua totalidade e concretude da vida.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BRAVO, M. I. S; MATOS, M. C. de. (Org). Assessoria, consultoria & serviço social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

COSTA, Dorival; LAVORATTI, Cleide. (Org) Instrumentais técnicos-operativos no Serviço Social: um debate necessário. 1. Ed. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. Revista Serviço Social & Sociedade nº 62 – Ano XX – março 2000.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XXIII, n. 69, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 12 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I, Volume I. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Ponta Grossa, 2008.

VASCONCELOS, Ana Maria de. A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

A Categoria de Mediação em Face do Processo de Intervenção do Serviço Social. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104>. Acesso em: 24/10/16.